

Proposta de Alteração dos
ESTATUTOS DO CDS-Partido Popular

NUNO MELO

Proposta de Alteração dos ESTATUTOS DO CDS-Partido Popular

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º

(Constituição, Denominação e Sigla)

O CDS-Partido Popular, fundado em 19 de Julho de 1974, denomina-se CDS-Partido Popular, usará a sigla CDS-PP e rege-se pelos presentes Estatutos.

Artigo 2º

(Fins)

São fins do CDS-PP:

- a) Colaborar na democracia pluralista em Portugal e defender os ideais de Portugal na consolidação do projeto da União Europeia;
- b) Propor para a sociedade portuguesa um modelo assente nos valores éticos, sociais e democráticos do humanismo personalista de inspiração cristã;
- c) Contribuir para o exercício dos direitos dos cidadãos e para a determinação da política nacional, designadamente através da participação em eleições e de outros meios democráticos;
- d) Definir programas de governo e de administração;
- e) Participar na atividade do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais;
- f) Promover a formação cívica e o esclarecimento e doutrinação política dos cidadãos, difundindo o ideário democrata-cristão;
- g) Estudar e debater os problemas da vida nacional e internacional, tomar posição perante eles, criticando quando for caso disso, os atos do Governo e da Administração Pública e defender os interesses de Portugal nas organizações de que faz parte, acompanhando com especial interesse a participação na União Europeia, na Organização do Tratado do Atlântico Norte e na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa;
- h) Promover o estabelecimento e o reforço de laços de solidariedade e relações privilegiadas, no quadro dos princípios que defende, com todos os portugueses onde quer que se encontrem e, em geral, com as regiões do mundo que eles descobriram, povoaram e desenvolveram, nomeadamente com as comunidades emigrantes e as populações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, do Brasil, de Macau e de Timor;
- i) Em geral, contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições políticas e democráticas em Portugal.

Artigo 3º

(Símbolos)

1. São símbolos do CDS-PP o emblema, a bandeira e o hino.
2. A aprovação do emblema, da bandeira e do hino do Partido é da exclusiva competência do Congresso.

Artigo 4º

(Sede)

1. A Sede Nacional é em Lisboa.
2. Podem existir outras Sedes regionais e locais, desde que se encontrem em cumprimento da Lei, dos Estatutos, Regulamentos e constem do registo dos Serviços Centrais do Partido.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS

Artigo 5º

(Admissão como filiado)

1. Podem ser filiados no CDS-PP todos os cidadãos portugueses, maiores de 18 anos, no pleno gozo dos direitos civis e políticos, nos termos do Regulamento de Admissões, aprovado em Conselho Nacional.
2. Podem ainda ser filiados no CDS-PP os cidadãos estrangeiros, legalmente residentes em Portugal, que sejam titulares de direitos políticos.
3. O exercício de direitos e a vinculação a deveres estão sujeitos à atualização de dados pelo militante.

Artigo 6º

(Deveres dos membros)

1. A admissão como filiado implica a adesão à Declaração de Princípios e ao Programa do CDS-PP.
2. São deveres dos membros:
 - a) Contribuir para a expansão efetiva e constante do CDS-PP participando nas suas atividades;
 - b) Exercer os cargos para que foram eleitos ou designados;
 - c) Pagar atempadamente as quotas;
 - d) Respeitar os presentes Estatutos e os Regulamentos aprovados pelos órgãos competentes, bem como acatar as diretrizes dos órgãos do Partido;
 - e) Defender a unidade e promover o fortalecimento do Partido;
 - f) Contribuir para a consolidação das instituições democráticas em Portugal;
 - g) Não se candidatar, em circunstância alguma, em listas de outras forças partidárias ou em listas de independentes contra listas do Partido, sob pena de aplicação de sanção disciplinar de expulsão;
 - h) Manter atualizados os seus dados pessoais, comunicando por escrito qualquer alteração à Secretaria-Geral do Partido.

3. Os membros que violem o disposto na alínea g) do número anterior ficarão sujeitos a um processo urgente, cuja abertura, instrução e decisão é promovida oficiosa e obrigatoriamente pelo Conselho Nacional de Jurisdição, nos termos dos presentes Estatutos e dos Regulamentos.

Artigo 7º

(Direitos dos membros)

1. São direitos dos membros:

- a) Participar na vida ativa do CDS-PP e nas suas manifestações, de acordo com o respetivo grau de responsabilidade;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos partidários;
- c) Participar nas atividades do CDS - PP e frequentar as suas instalações;
- d) Manter a sua liberdade de opinião desde que, ao exercer esse direito na qualidade de membro de Partido, se conforme com o programa do CDS-PP e com as diretrizes dos respetivos órgãos.

2. A capacidade eleitoral ativa adquire-se três meses após a filiação no Partido e mantém-se com o pagamento atempado das quotas.

Artigo 8º

(Dos membros das Organizações Autónomas)

1. A adesão às organizações autónomas do CDS-PP não confere a qualidade de filiado no Partido, salvo se o contrário resultar dos Estatutos dessas mesmas organizações e dos acordos a que se refere o artigo 53º.

2. Os militantes das organizações autónomas que, ao abrigo dos respetivos acordos, participem em quaisquer atos do Partido são neles equiparados a filiados do CDS-PP, para todos os efeitos regulamentares, estatutários e legais.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS REGIONAIS E LOCAIS

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Artigo 9º

(Princípio-base)

A organização regional e local do CDS-PP assenta na divisão político-administrativa do território nacional e Compreende as seguintes estruturas:

- a) Estruturas Regionais que correspondem às Regiões Autónomas;
- b) Estruturas Distritais que correspondem aos Distritos;
- c) Estruturas Concelhias que correspondem aos Municípios.

SECÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Artigo 10º

(Regiões Autónomas)

1. As estruturas do CDS-PP nas Regiões Autónomas regem-se por Estatutos próprios aprovados pelos respetivos Congressos Regionais, ratificados pelo Conselho Nacional.
2. Os Estatutos do Partido nas Regiões Autónomas deverão conformar-se com os princípios gerais definidos nos presentes Estatutos, podendo ser diversa a organização neles estabelecida em função da especificidade do meio.
3. As deslocações aéreas dos delegados das Regiões Autónomas, ao Congresso Nacional do Partido, são custeadas pelo Orçamento Nacional do CDS-PP.

SECÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DISTRITAL

Artigo 11º

(Órgãos distritais)

São órgãos distritais:

- a) O Plenário Distrital;
- b) A Assembleia Distrital;
- c) A Comissão Política Distrital;
- d) O Conselho Distrital de Jurisdição.

Artigo 12º

(Plenário Distrital)

1. O Plenário Distrital é o principal órgão eletivo e deliberativo do Distrito, competindo-lhe:
 - a) Eleger a Mesa do Plenário;
 - b) Eleger a Comissão Política Distrital;
 - c) Eleger o Conselho Distrital de Jurisdição;
 - d) Deliberar sobre as questões apresentadas pela Assembleia Distrital ou pelos órgãos superiores.
2. O Plenário Distrital é composto por todos os militantes regularmente inscritos no Distrito e pelos delegados das organizações autónomas do Partido, nos termos dos acordos celebrados.
3. O Plenário Distrital reúne ordinariamente de dois em dois anos e extraordinariamente sempre que convocado por deliberação da Assembleia Distrital ou por iniciativa do Presidente da Mesa do Plenário.

Artigo 13º

(Assembleia Distrital)

1. A Assembleia Distrital tem a seguinte composição:

- a) Os membros da Mesa;
- b) Os membros de órgãos nacionais eleitos em Congresso filiados no Distrito;
- c) O Presidente da Comissão Política Distrital;
- d) O Presidente do Conselho Distrital de Jurisdição;
- e) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias;
- f) Delegados eleitos pelas Assembleias Concelhias de acordo com a seguinte ponderação:
 - 1 a 25 militantes – 1 delegado
 - 26 a 50 militantes - 2 delegados
 - 51 a 100 militantes - 3 delegados
 - 101 a 150 militantes – 4 delegados
 - 151 a 200 militantes – 5 delegados
 - 201 a 300 militantes – 6 delegados
 - Por cada 150 militantes adicionais, ou fração, mais 1 delegado;
- g) Os deputados eleitos pelo Distrito se filiados no Partido;
- h) Os membros do Governo filiados no Distrito;
- i) Os Presidentes das Câmaras e os Presidentes das Assembleias Municipais se filiados no Partido respetivamente os primeiros filiados no exercício das funções de vereador e dedeputado municipal;
- j) Delegados das organizações autónomas do Partido, nos termos dos acordos celebrados.

2. Os membros da Comissão Política Distrital podem participar como observadores nas reuniões da Assembleia Distrital, sem direito a voto.

Artigo 14º

(Competência e Reuniões da Assembleia Distrital)

1. A Assembleia Distrital é um órgão eletivo e deliberativo do Distrito, competindo-lhe:

- a) Eleger delegados de distrito ao Conselho Nacional, de acordo com a seguinte ponderação:
 - 1 a 200 militantes – 2 delegados
 - 201 a 400 militantes – 3 delegados
 - 401 a 600 militantes – 4 delegados
 - 601 a 800 militantes – 5 delegados
 - 801 a 1000 militantes – 6 delegados
 - 1001 a 1500 militantes – 7 delegados
 - 1501 a 2000 militantes – 8 delegados
 - 2001 a 2750 militantes – 9 delegados
 - Por cada 750 militantes adicionais, ou fração, mais 1 delegado;

- b) Deliberar sobre os planos de atividades, orçamentos e relatórios anuais que lhe sejam apresentados, bem como propostas apresentadas por qualquer dos seus membros;
- c) Deliberar sobre as questões apresentadas pelos órgãos superiores;
- d) Analisar os resultados eleitorais obtidos pelo Partido no distrito e votar Moções de confiança e de censura à Comissão Política Distrital.

2. A Assembleia Distrital reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente sempre que o seu Presidente a convocar, por sua iniciativa ou a requerimento de um quinto dos seus membros ou do Presidente da Comissão Política Distrital ou dos órgãos deliberativos superiores.

3. A Assembleia Distrital reúne, obrigatoriamente, após a realização de qualquer ato eleitoral a que o Partido tenha concorrido na área do distrito, até 45 dias após o seu apuramento.

Artigo 15º

(Mesa do Plenário Distrital)

1. A Mesa do Plenário Distrital é composta por um Presidente, um a dois Vice-Presidentes e um a dois Secretários, eleitos, por maioria, em lista conjunta plurinomial.

2. A Mesa do Plenário Distrital presidirá ao Plenário Distrital, à Assembleia Distrital e aos Plenários Concelhios, quando estes não disponham de Mesa própria.

Artigo 16º

(Comissão Política Distrital)

1. A Comissão Política Distrital é o órgão que representa o Partido e executa a ação política no respetivo Distrito, competindo-lhe nomeadamente:

- a) Dirigir, impulsionar e coordenar a ação política no Distrito, de acordo com as diretrizes definidas pela Assembleia Distrital e em conformidade com as linhas gerais aprovadas pelos órgãos nacionais;
- b) Promover a implantação territorial do CDS, criando condições para a eleição de estruturas concelhias, onde não existam;
- c) Participar activamente nas ações de campanha eleitoral do CDS, apoiando as candidaturas legitimamente aprovadas pelos órgãos nacionais nos termos estatutários;
- d) Definir objetivos eleitorais na área da sua intervenção;
- e) Apresentar plano de atividades, orçamento e relatórios à Assembleia Distrital;
- f) Exercer todas as demais competências definidas pelos órgãos superiores;
- g) Apresentar, um mês depois da sua eleição, à Comissão Executiva um plano das atividades a desenvolver, com objetivos de implantação.

2. A Comissão Política Distrital é eleita, por maioria, em lista conjunta plurinomial, sendo constituída por um número ímpar de membros e tendo a seguinte composição mínima:

- a) Um Presidente;

- b) Um Vice-Presidente;
- c) Um Secretário;
- d) Quatro Vogais;
- e) Delegados das organizações Autónomas do Partido, nos termos dos acordos celebrados.

3. No caso de demissão de um número superiora metade dos seus membros eleitos, a Comissão Política Distrital dissolver-se-á, havendo lugar a marcação de eleições no prazo máximo de 30 dias.

Artigo 17º

(Conselho Distrital de Jurisdição)

1. O Conselho Distrital de Jurisdição é composto por um Presidente e dois vogais.
2. Compete ao Conselho Distrital de Jurisdição:
 - a) Apreciar quebras da disciplina partidária;
 - b) Apreciar e julgar os atos dos órgãos das estruturas concelhias, à luz dos Regulamentos dos Estatutos ou de disposições legais imperativas aplicáveis aos Partidos.
3. O Conselho Distrital de Jurisdição julgará, no prazo máximo de 30 dias, com as exceções previstas nos Regulamentos Internos aprovados pelo Conselho Nacional, as questões que lhe forem submetidas.
4. Decorrido o prazo previsto no número anterior, sem que haja decisão anunciada, poderão os interessados submeter a questão, de imediato, ao Conselho Nacional de Jurisdição.
5. Os recursos interpostos das decisões tomadas pelo Conselho Distrital de Jurisdição serão por este enviados, acompanhados do respetivo processo, ao Conselho Nacional de Jurisdição.

Artigo 18º

(Constituição dos Órgãos Distritais)

1. Os órgãos distritais podem constituir-se independentemente da existência de Comissões Políticas Concelhias.
2. Na ausência de Comissão Política Distrital, a representação do distrito é transitoriamente assegurada por um Delegado Distrital, nomeado pela Comissão Executiva do Partido.
3. Ao Delegado Distrital compete unicamente representar o Partido, impulsionar e coordenar a ação política no Distrito, de acordo com as diretrizes definidas pela Comissão Executiva, com vista à realização de eleições para os órgãos distritais.

SECÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA

Artigo 19º

(Órgãos Concelhios)

São órgãos concelhios:

- a) O Plenário Concelhio;
- b) A Comissão Política Concelhia.

Artigo 20º

(Plenário Concelhio)

1. O Plenário Concelhio é composto por todos os militantes regularmente inscritos no Concelho e pelos delegados das organizações autónomas do Partido, nos termos dos acordos celebrados.
2. O Plenário Concelhio é o órgão eletivo e deliberativo da estrutura municipal, ao qual compete:
 - a) Eleger a Mesa;
 - b) Eleger a Comissão Política Concelhia;
 - c) Eleger os delegados ao Congresso Nacional;
 - d) Eleger os Delegados à Assembleia Distrital;
 - e) Deliberar sobre os planos de atividade, orçamentos e relatórios anuais que lhe sejam apresentados, bem como sobre propostas de qualquer dos seus membros ou da Comissão Política Concelhia;
 - f) Analisar os resultados eleitorais obtidos pelo Partido no concelho;
 - g) Deliberar sobre questões apresentadas pelos órgãos superiores do Partido;
 - h) Votar moções de confiança ou de censura à Comissão Política Concelhia.
3. O Plenário Concelhio reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convocar, por sua iniciativa, por solicitação dos órgãos superiores, a requerimento de um quinto dos seus membros, ou do Presidente da Comissão Política Concelhia.
4. O Plenário Concelhio reunirá, obrigatoriamente, após a realização de qualquer ato eleitoral a que o Partido tenha concorrido na área do Concelho, até 45 dias após o seu apuramento.

Artigo 21º

(Mesa)

A Mesa do Plenário Concelhio é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Artigo 22º

(Comissão Política Concelhia)

1. A Comissão Política Concelhia é o órgão que representa politicamente o Partido e executa ação política na área do município a que pertence, competindo-lhe nomeadamente:
 - a) Dirigir, impulsionar e coordenar a ação política na área do município, de acordo com as diretrizes definidas pela Assembleia Concelhia e em conformidade com as linhas gerais aprovadas pelos órgãos superiores;
 - b) Definir objetivos eleitorais na área da sua intervenção;
 - c) Apresentar plano de atividades, orçamento e relatórios à Assembleia Concelhia;

- d) Coordenar, com os membros do Executivo Municipal e os membros da Assembleia Municipal, a atuação destes na Câmara e na Assembleia Municipal;
- e) Participar activamente nas ações de campanha eleitoral do CDS, apoiando as candidaturas legitimamente aprovadas pelos órgãos nacionais nos termos estatutários;
- f) Exercer todas as demais competências definidas pelos órgãos superiores;
- g) Dar parecer sobre os pedidos de filiação no Partido, de acordo com os Estatutos e Regulamentos em vigor;
- h) Aprovar a criação de núcleos de Freguesia.

2. A Comissão Política Concelhia é eleita em lista conjunta plurinominal, sendo constituída por um número ímpar de membros e tendo a seguinte composição mínima:

- a) Um Presidente;
- b) Um Vice-Presidente;
- c) Um Secretário;
- d) Representantes das organizações Autónomas do Partido, nos termos dos acordos celebrados.

3. No caso de demissão de um número superior a metade dos seus membros eleitos a Comissão Política Concelhia dissolver-se-á, havendo lugar a marcação de eleições no prazo máximo de 30 dias.

Artigo 23º

(Delegado Concelhio)

1. Nos casos em que não exista Comissão Política Concelhia, em mandato, a representação do Partido no município é assegurada por um Delegado Concelhio, a quem compete impulsionar a ação política, com vista à realização de eleições para os órgãos concelhios.

2. O Delegado Concelhio é designado pela Comissão Política Distrital ou, sendo o caso, pelo Delegado Distrital, com parecer favorável da Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

SECÇÃO I

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Artigo 24º

(Órgãos Nacionais)

São Órgãos Nacionais do Partido:

- a) O Congresso Nacional;
- b) O Conselho Nacional;
- c) O Presidente do Partido;

- d) A Comissão Política Nacional;
- e) A Comissão Executiva;
- f) A Comissão de Organização;
- g) O Senado;
- h) O Conselho Nacional de Jurisdição;
- i) O Conselho Nacional de Fiscalização;
- j) O Grupo Parlamentar;
- k) O Gabinete de Relações Internacionais;
- l) O Gabinete de Comunicação
- m) O Gabinete de Apoio Estratégico e Programático.

SECÇÃO II
DO CONGRESSO NACIONAL

Artigo 25º
(Natureza e composição)

1. O Congresso é o órgão máximo do Partido e tem a seguinte composição:

- a) Os delegados que para cada Congresso forem eleitos pelas Assembleias Concelhias, pelos Núcleos de Emigrantes e pelos órgãos regionais competentes nos termos dos Estatutos do CDS-PP Açores e do CDS-PP Madeira;
- b) Os delegados que para cada Congresso forem eleitos pelas Organizações Autónomas do Partido;
- c) Os delegados que para cada Congresso forem eleitos pelos colaboradores militantes do Partido;
- d) O Presidente do Partido;
- e) Os membros eleitos em Congresso para os órgãos nacionais;
- f) Os Senadores do Partido;
- g) Os deputados, em efetividade de funções, à Assembleia da República, às Assembleias Legislativas Regionais e ao Parlamento Europeu, desde que militantes do Partido;
- h) Os Presidentes das Comissões Políticas das Regiões Autónomas, os Presidentes das Comissões Políticas de Ilha, os Presidentes das Comissões Políticas Distritais, os Presidentes das Comissões Políticas de Ilha e os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias;
- i) Os Secretários-Gerais Adjuntos;
- j) Os Coordenadores Autárquicos adjuntos;
- k) Os Presidentes das Organizações Autónomas do Partido;
- l) Os Presidentes das Câmaras e das Assembleias Municipais, desde que militantes do Partido, e outros autarcas a definir em regulamento a aprovar pelo Conselho Nacional;
- m) Os membros do Governo e os membros dos Governos Regionais, indicados pelo Partido, desde que militantes do Partido;

- n) Os anteriores Presidentes do Partido e os 27 fundadores, desde que permaneçam filiados.
2. O número de delegados a eleger para cada Congresso, será fixado pelo Conselho Nacional.
3. O Conselho Nacional não pode criar novas inerências, sem prejuízo do disposto na alínea l) do n.º 1 do presente artigo.
4. A soma do número de delegados a eleger pelas estruturas do partido e pelas organizações autónomas não pode ser inferior a três quartos do número total de delegados ao Congresso.

Artigo 26º

(Competência)

1. Compete ao Congresso:

- a) Fixar a orientação geral do Partido;
- b) Aprovar o Programa e os Estatutos do Partido, bem como eventuais alterações a estes documentos;
- c) Aprovar o símbolo, a bandeira e o hino oficiais do Partido;
- d) Aprovar os relatórios que lhe sejam apresentados pelos órgãos nacionais competentes;
- e) Discutir e votar propostas e moções;
- f) Eleger a Mesa do Congresso;
- g) Eleger a Mesa do Conselho Nacional;
- h) Eleger o Presidente do Partido, a Comissão Política Nacional e o Secretário-Geral nos termos do nº 2 do artigo 31º;
- i) Eleger 80 Vogais do Conselho Nacional;
- j) Eleger os Conselhos Nacionais de Jurisdição e de Fiscalização;

Artigo 27º

(Mesa e reuniões)

1. A Mesa do Congresso é composta por um Presidente, três Vice-Presidentes e cinco Secretários.
2. O Congresso reúne ordinariamente de dois em dois anos e extraordinariamente sempre que for convocado por deliberação do Conselho Nacional ou mediante requerimento assinado pelo menos por 10% dos militantes ativos, devendo o requerimento, neste caso, indicar os pontos a incluir na ordem de trabalhos.

SECÇÃO III

DO CONSELHO NACIONAL

Artigo 28º

(Natureza e composição)

1. O Conselho Nacional é o órgão deliberativo do Partido entre Congressos e tem a seguinte composição:

- a) Os membros da Mesa do Conselho Nacional;
- b) O Presidente e Vice-Presidentes do Congresso;
- c) O Presidente do Partido e os restantes membros da Comissão Política Nacional;
- d) Os Presidentes dos restantes órgãos nacionais, com exceção do Presidente do Conselho Nacional de Jurisdição;
- e) Os Deputados, em efetividade de funções, à Assembleia da República, às Assembleias Legislativas Regionais e ao Parlamento Europeu, se militantes;
- f) 80 Vogais eleitos em Congresso;
- g) Os Presidentes das Comissões Políticas das Regiões Autónomas e os Presidentes das Comissões Políticas Distritais;
- h) Os representantes eleitos nos termos do artigo 14º dos presentes Estatutos e cinco delegados eleitos pelos órgãos regionais competentes nos termos dos Estatutos do CDS-Partido Popular Açores e CDS-Partido Popular Madeira;
- i) Os representantes de cada organização autónoma, conforme estabelecido nos respetivos protocolos com o Partido, se filiados no CDS;
- j) Os Membros dos Governos da República e Regionais, indicados pelo Partido, se filiados;
- k) Os militantes titulares de cargos eletivos em organizações internacionais de que o Partido seja membro;
- l) Os Presidentes de Câmara, no exercício de funções, se filiados;
- m) Os Presidentes de Assembleia Municipal, se filiados;

2. Podem participar com estatuto de observadores os Senadores, os membros do Conselho Nacional de Jurisdição, o presidente do Gabinete de Relações Internacionais;

3. O estatuto de observador confere a possibilidade de uso da palavra, sem direito de voto.

4. O Presidente do Conselho Nacional pode convidar qualquer membro do Partido a participar nas reuniões do Conselho Nacional sem direito a voto.

Artigo 29º

(Competência)

1. Compete ao Conselho Nacional:

- a) Definir a estratégia do Partido, dentro da orientação geral fixada pelo Congresso, supervisionar a sua execução e aprovar os planos de ação política de carácter geral;
- b) Convocar o Congresso e aprovar os respetivos Regulamentos, nos termos dos estatutos e dos regulamentos em vigor;
- c) Tomar decisões e proceder a eleições da competência do Congresso, sempre que a urgência as torne necessárias e as circunstâncias não permitam uma convocação extraordinária daqueles;

- d) Deliberar sobre a constituição de coligações com outros partidos, podendo, em eleições autárquicas, delegar essa competência nos órgãos regionais competentes nos termos dos Estatutos do CDS-PP Açores e CDS-PP Madeira, bem como a filiação em organizações políticas internacionais;
 - e) Discutir e aprovar os orçamentos e as contas anuais do Partido;
 - f) Deliberar sobre outras questões que lhe sejam apresentadas pela Comissão Política Nacional;
 - g) Aprovar os regulamentos internos da sua competência e ratificar ou modificar por sua iniciativa, ou em recurso, os regulamentos aprovados por outros órgãos do Partido;
 - h) Deliberar sobre todas as questões da sua competência expressamente previstas nos presentes Estatutos;
 - i) Aprovar a regulamentação que respeite o primado da vontade dos militantes no processo de escolha dos candidatos do Partido a eleições locais, regionais e nacionais, quando expressas em termos representativos;
 - j) Aprovar a constituição e a dissolução de organizações autónomas do Partido;
 - k) Interpretar os Estatutos do Partido e integrar as suas lacunas;
 - l) Regulamentar o referendo interno como instrumento de participação na escolha das opções políticas fundamentais do Partido, bem como o seu carácter vinculativo ou consultivo.
 - m) Analisar os resultados eleitorais obtidos pelo Partido a nível nacional e aprovar moções de confiança e de censura à Comissão Política Nacional do Partido;
 - n) Apreciar Relatório anual da atividade do Grupo Parlamentar;
 - o) Votar moções de censura ou de confiança à Comissão Política Nacional;
2. É condição prévia da votação de uma moção de censura ou de confiança a sua inclusão na Convocatória e ordem de trabalhos do Conselho Nacional.

Artigo 30º

(Mesa e reuniões)

1. A Mesa do Conselho Nacional é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.
2. O Conselho Nacional reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convocar, por sua iniciativa ou a requerimento de um quinto dos seus membros, da Comissão Política Nacional ou da Comissão Executiva.

SECÇÃO IV

DO PRESIDENTE DO PARTIDO

Artigo 31º

(Eleição e competência)

1. O Presidente do Partido é eleito pelo Congresso Nacional, sendo obrigatoriamente 1.º Subscritor de uma Moção de Estratégia Global, e nos termos previstos nestes Estatutos e nos respetivos Regulamentos.

2. O Presidente em funções cessa o seu mandato logo que sejam apurados e proclamados os resultados da eleição realizada, pelo Presidente da Mesa do Congresso, e o Presidente eleito toma posse do cargo.

3. Compete ao Presidente do Partido:

- a) Representar politicamente o Partido;
- b) Assegurar e dirigir a execução da estratégia geral do Partido;
- c) Superintender nas relações do Partido com os órgãos de soberania, nas relações com os demais partidos portugueses e nas relações internacionais do CDS-PP;
- d) Convocar e presidir aos trabalhos da Comissão Política Nacional;
- e) Convocar e presidir aos trabalhos da Comissão Executiva;
- f) Distribuir os pelouros pelos membros da Comissão Política Nacional;
- g) Distribuir os pelouros pelos membros da Comissão Executiva;
- h) Propor à Comissão Executiva a nomeação de senadores do Partido.
- i) Propor à Comissão Executiva a nomeação dos membros do Gabinete de Relações Internacionais;
- j) Propor à Comissão Executiva a nomeação dos membros do Gabinete de Apoio Estratégico e Programático;
- k) Propor à Comissão Executiva a nomeação de três Secretários do Gabinete de Comunicação.
- l) Todos os elementos propostos das alíneas i), j) e l) supra, exercerão um mandato correspondente ao tempo entre congressos.

4. Aos Vice-Presidentes da Comissão Executiva, compete coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções, substituí-lo nas suas faltas e impedimentos e exercer, por delegação do Presidente, as competências que por este lhes forem atribuídas.

5. De modo a salvaguardar a autonomia política e a identidade do CDS - PP, caso seja Governo, o Presidente do Partido poderá propor ao Conselho Nacional a adaptação da direção executiva do Partido, separando presidência do CDS da presidência da Comissão Executiva.

SECÇÃO V DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Artigo 32º

(Natureza e competência)

A Comissão Política Nacional é o órgão de direção política do Partido, competindo-lhe:

- a) Acompanhar a vida política nacional e internacional e traçar e executar as orientações a seguir pelo Partido no desenvolvimento da estratégia aprovada pelo Congresso e pelo Conselho Nacional;
- b) Definir a posição do Partido em relação aos problemas do País e apresentá-la publicamente;
- c) Coordenar e orientar a atividade dos órgãos do Partido;
- d) Decidir sobre os assuntos que careçam da sua intervenção, bem como assegurar a atuação política do Partido;

- e) Elaborar o orçamento e as contas do Partido;
- f) Exercer as demais competências previstas nos Estatutos.

Artigo 33º

(Composição e reuniões)

1. A Comissão Política Nacional tem a seguinte composição:

- a) O Presidente do Partido;
- b) O Secretário-Geral;
- c) Dois Secretários;
- d) Os Vice-Presidentes, os vogais e os porta-vozes da Comissão Executiva;
- e) O Coordenador da Comunicação
- f) Vinte a quarenta e dois Vogais, nestes não se incluindo os vogais da Comissão Executiva;
- g) O Presidente da Assembleia da República, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, se filiados;
- h) Os Membros dos Governos da República, indicados pelo Partido, se filiados;
- i) O Presidente do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, se filiado;
- j) O Chefe da Delegação no Parlamento Europeu, se filiado;
- k) O Coordenador Autárquico;
- l) Presidente do Gabinete de Apoio Estratégico e Programático
- m) Os Presidentes das Mesas do Congresso e do Conselho Nacional;
- n) O Presidente do Senado;
- o) Os Secretários-Gerais Adjuntos;
- p) Os Coordenadores Autárquicos Adjuntos;
- q) Os Presidentes de Câmara no exercício de funções, se filiados;
- r) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais;
- s) Representantes das organizações autónomas, nos termos dos acordos celebrados.

2. Os Presidentes do Conselho Nacional de Jurisdição, do Conselho Nacional de Fiscalização e do Gabinete de Relações Internacionais e têm o direito de assistir às reuniões, com o estatuto de observadores.

3. O estatuto de observador confere a possibilidade de uso da palavra, sem direito de voto.

Artigo 34º

(Direcção dos trabalhos e reuniões)

1. A direcção dos trabalhos da Comissão Política Nacional compete ao Presidente do partido, assessorado pelo Secretário-geral e dois Secretários.

2. A Comissão Política Nacional reúne, ordinariamente, todos os meses e, extraordinariamente, sempre que o Presidente a convocar, por sua iniciativa ou a solicitação de pelo menos um quinto dos seus membros.

SECÇÃO VI DA COMISSÃO EXECUTIVA

Artigo 35º

(Competência, Composição e Organização)

1. A Comissão Executiva é o Órgão executivo permanente do Partido.

2. Compete à Comissão Executiva:

- a) Executar as diretrizes do Congresso, do Conselho Nacional e da Comissão Política Nacional;
- b) Executar a ação política corrente do Partido.

3. A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

- a) O Presidente do Partido, ou da Comissão Executiva;
- b) Até sete Vice-Presidentes;
- c) Até três Porta-Vozes;
- d) O Secretário-Geral;
- e) O Coordenador da Comunicação, com estatuto de Vice-Presidente, não incluído no número previsto na alínea b);
- f) Os Membros dos Governos da República, indicados pelo Partido, se filiados
- g) O Presidente do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, se filiado;
- h) O Chefe da Delegação do CDS no Parlamento Europeu, se filiado;
- i) Um representante dos Presidentes de Câmara, a eleger em Conselho de Presidentes de Câmara;
- j) O Coordenador Autárquico;
- k) O Presidente do Gabinete de Apoio Estratégico e Programático
- l) Até 16 Vogais, sendo que a soma dos Vogais da Executiva com a soma dos Vice-presidentes não poderá ser superior a 16;
- m) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dos Açores e da Madeira.
- n) No caso do Congresso não eleger a totalidade dos Vogais da Comissão executiva, a Comissão Política Nacional, sob proposta do Presidente, poderá eleger um o número de Vogais em falta até ao limite previsto na alínea h) do número anterior.

5. Os Presidentes da Mesa do Congresso, do Conselho Nacional, do Conselho Nacional de Jurisdição, do Conselho Nacional de Fiscalização, do Senado, das Organizações Autónomas e do Gabinete de Relações Internacionais poderão assistir às reuniões na qualidade de observadores, a convite do Presidente.

6. No caso de se mostrar justificado pela respectiva Ordem de Trabalhos, o Presidente do Partido, ou da Comissão Executiva, poderá ainda convidar com estatuto de observadores outros dirigentes ou militantes.

7. O estatuto de observador confere a possibilidade de uso da palavra, sem direito de voto.

Artigo 36º

(Competência do Secretário-Geral)

1. O Secretário-Geral coordena a ação política das Estruturas e dirige a organização administrativa e financeira do Partido de acordo com a orientação definida pela Comissão Executiva.

2. Compete especificamente ao Secretário-Geral:

- a) Submeter à Comissão Executiva o Orçamento e as Contas Anuais do Partido;
- b) Submeter à Comissão Executiva o plano anual de implantação, intervenção e organização do Partido e acompanhar a sua execução;
- c) Administrar os serviços centrais do Partido;
- d) Propor Regulamentos das diversas estruturas do Partido e outros normativos, a aprovar pelo Conselho Nacional ou pela Comissão Executiva;
- e) Apreciar os planos de atividades previstos no artigo 16º e dar conta da sua execução à Comissão Política Nacional;
- f) Representar o Partido em juízo e na celebração de quaisquer atos ou contratos;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pela Comissão Executiva ou pelo Presidente do Partido.

3. O Secretário-Geral pode ser coadjuvado por Secretários Gerais Adjuntos até ao máximo de três, eleitos sob sua proposta pela Comissão Política Nacional.

SECÇÃO VII

DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Artigo 37º

(Natureza, Competência e Composição)

1. A Comissão de Organização é um órgão de apoio ao qual compete discutir a ação política do Partido e o seu modelo de organização.

2. São competências da Comissão de Organização:

- a) Analisar e pronunciar-se sobre a situação política, atendendo às diferentes realidades do país;
- b) Acompanhar e analisar a implantação do Partido;
- c) Acompanhar as matérias relativas às Autarquias Locais;
- d) Definir e desenvolver as boas práticas do funcionamento do Partido, zelando pela sua permanente atualização.

3. São membros da Comissão de Organização:

- a) O Presidente do Partido;
- b) O Secretário-Geral;
- c) O Coordenador Autárquico;

- d) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais;
- e) Os Presidentes das Comissões Políticas Distritais;
- f) Os Secretários-Gerais Adjuntos;
- g) Os Coordenadores Autárquicos Adjuntos.

4. As reuniões da Comissão de Organização são convocadas sempre que considerado oportuno pelo Presidente do Partido e são por este presididas, ou pelo Secretário-Geral, em caso de delegação de competências.

SECÇÃO VIII

SENADO

Artigo 38º

(Natureza, Competência e Composição)

1. O Senado é o órgão honorífico do Partido, tendo natureza consultiva, cabendo-lhe dar parecer obrigatório sobre os seguintes assuntos:

- a) Projetos de Revisão do Programa do Partido;
- b) Decisão de filiação do Partido em Organizações Internacionais;
- c) Apreciação das questões de responsabilidade política que se colocarem a titulares de cargos públicos eleitos pelo Partido, em razão dos seus atos;
- d) Projetos de revisão constitucional apresentados pelo Partido.

2. O Senado poderá ainda dar parecer sobre:

- a) O Orçamento anual do Partido, tendo em especial referência o equilíbrio territorial da distribuição de verbas;
- b) As coligações pré-eleitorais em eleições nacionais;
- c) Indicação de nomes para o Conselho de Estado;
- d) Matérias relativas às posições do Partido em matérias relevantes da política externa, política de defesa, política de segurança interna e política de justiça.

3. O Senado terá a seguinte composição:

- a) Os antigos Presidentes do Partido, enquanto filiados;
- b) Os fundadores do Partido, enquanto filiados;
- c) Os antigos Presidentes do Senado, enquanto filiados;
- d) Quinze militantes, indicados pela Comissão Executiva, por proposta do Presidente;
- e) Dois militantes, indicados pelo próprio Senado;
- f) Um militante por distrito, a eleger na Comissão Política Nacional, por proposta da Comissão Executiva, após parecer das Comissões Políticas Distritais ou Delegados Distritais respetivos, de entre os filiados desse círculo que reúnam cumulativamente pelo menos vinte anos de militância no partido;

g) Dois militantes a eleger na Comissão Política Nacional, propostos pelas Comissões Diretivas Regionais dos Açores e da Madeira, de entre os filiados que preenchem os requisitos previstos na alínea anterior.

4. Para efeitos do previsto na alínea f) supra, a pronúncia das Comissões Políticas Distritais, quando no exercício de funções, deverá ser feita em deliberação tomada no respectivo órgão, reunido para o efeito no prazo máximo de 8 dias, após solicitação da opinião por parte da Secretaria-Geral. Ter-se-á como favorável a opinião das Comissões Políticas Distritais, quando a reunião do órgão não aconteça, ou a opinião não seja transmitida no respectivo prazo.

5. O Presidente do Senado é eleito pelos Senadores, para um mandato de quatro anos, em reunião ordinária, a convocar pelo Presidente cessante, após a realização de cada Congresso ordinário do Partido.

6. O Senado reunirá ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que o Presidente o convocar para desempenho das suas competências.

7. Os membros do Senado podem participar como observadores no Conselho Nacional.

8. Os Senadores não podem desempenhar quaisquer funções executivas no Partido, salvo em casos autorizados pelo próprio órgão, suspendendo ou não a sua condição de Senadores enquanto durarem tais funções, conforme decisão do próprio Senado.

9. Quando vagar um dos lugares previstos nas alíneas d) a g) do número 3 procede-se a nova eleição ou designação, consoante os casos.

10. O mandato dos Senadores indicados ou eleitos nos termos previstos nas alíneas d), e), f), e g) tem a duração de 4 anos.

SECÇÃO IX

DO GRUPO PARLAMENTAR

Artigo 39º

(Constituição e Regulamento)

1. Os Deputados que sejam eleitos pelo CDS-PP constituir-se-ão em Grupo Parlamentar nos termos das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, sendo incluídos no mesmo, para os efeitos considerados convenientes, os representantes do Partido eleitos para o Parlamento Europeu.

2. O Grupo Parlamentar rege-se pelo disposto na Constituição, no Regimento da Assembleia da República, nestes Estatutos e no seu próprio Regulamento.

3. O Grupo Parlamentar elaborará um regulamento próprio, sujeito a aprovação do Conselho Nacional.

4. O Grupo Parlamentar do CDS - PP e cada um dos seus membros devem, em todas as questões políticas, conformar-se com a orientação fixada pelos órgãos deliberativos do Partido, com as diretrizes emanadas da Comissão Política Nacional, bem como com os acordos com eles celebrados.

SECÇÃO X

DOS AUTARCAS POPULARES

Artigo 40º

(Constituição e Regulamento)

1. Todos os militantes do Partido que sejam eleitos autárquicos, bem como os independentes que sejam eleitos pelo CDS-PP para esses cargos quer em listas próprias quer em coligação constituem uma estrutura designada Autarcas Populares, que se regerá pelos presentes Estatutos e por Regulamento próprio a aprovar em Conselho Nacional.
2. Os Autarcas Populares são coordenados pelo Coordenador Autárquico Nacional.
3. O Coordenador Autárquico Nacional poderá ser coadjuvado por três Coordenadores Autárquicos Nacionais Adjuntos.
4. Os Autarcas Populares terão um Conselho de Presidentes de Câmara, um Conselho de Vereadores, um Conselho de Deputados Municipais, um Conselho de Presidentes de Junta de Freguesia e um Conselho de Membros de Assembleia de Freguesia.

SECÇÃO XI

DO CONSELHO NACIONAL DE JURISDIÇÃO

Artigo 41º

(Natureza e Competência)

1. O Conselho Nacional de Jurisdição é o órgão jurisdicional máximo do CDS-PP e tem as seguintes competências:
 - a) Apreciar e julgar os recursos das decisões dos Conselhos de Jurisdição Regionais e Distritais;
 - b) Apreciar e julgar os processos de impugnação das decisões dos órgãos nacionais e distritais, à luz dos Regulamentos dos Estatutos ou de disposições legais imperativas aplicáveis aos Partidos.
2. Compete ainda ao Conselho Nacional de Jurisdição julgar nas seguintes situações:
 - a) No caso de não existir órgão disciplinar distrital ou regional competente;
 - b) Nas circunstâncias definidas no número 5 do Artigo 17º e nas circunstâncias análogas que se verifiquem relativamente aos Conselhos de Jurisdição Regionais;
 - c) Em todos os assuntos de natureza disciplinar em que estejam envolvidos o Presidente do Partido os Presidentes dos Órgãos Nacionais eleitos em Congresso, o Presidente do Grupo Parlamentar, os deputados e os membros do Governo que, no momento do início da instância se encontrem em efetividade de funções, o Secretário-Geral e os demais membros dos órgãos nacionais eleitos em Congresso, os antigos Presidentes do Partido, do Grupo Parlamentar e Secretários-Gerais, e ainda os funcionários do Partido;
 - d) Nos casos previstos na alínea g) do número 2 e no número 3 do Artigo 6.º.

3. O Conselho Nacional de Jurisdição julgará, nas situações previstas nos números 1 e 2 do presente artigo, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da receção do processo, exceto nos casos especialmente previstos nos presentes Estatutos e nos Regulamentos.

4. Compete ao Conselho Nacional de Jurisdição promover obrigatoriamente os processos disciplinares a que se refere o número 3 do art.º 6º por violação do disposto na alínea g) do número 2 do mesmo artigo no prazo máximo de cinco dias contados do momento em que tenha conhecimento, por qualquer meio, de factos que indiciem a infração. A instrução do processo deverá ser concluída no prazo máximo de cinco dias, devendo o relator apresentar de imediato projeto de decisão; o Conselho deverá proferir decisão definitiva nos cinco dias subsequentes.

5. Compete ainda ao Conselho Nacional de Jurisdição emitir, a solicitação de qualquer órgão do Partido, pareceres, de carácter genérico, permanente e vinculativo, sobre a interpretação de normas estatutárias ou regulamentares e sobre integração de lacunas.

Artigo 42º

(Composição)

1. O Conselho Nacional de Jurisdição é composto por 11 Conselheiros, eleitos em Congresso, ao abrigo do n.º 2 do artigo 61º dos presentes Estatutos.

2. O Presidente do Conselho Nacional de Jurisdição é o 1.º Conselheiro da Lista mais votada em Congresso.

3. Os Conselheiros do Conselho Nacional de Jurisdição elegem de entre si, na primeira reunião após tomada de posse, por voto secreto, sem discussão ou debate prévios, os 2 Vice-Presidentes.

2. Os Membros do Conselho Nacional de Jurisdição não integram qualquer outro órgão do Partido, com exceção do Congresso, dos Plenários Concelhios e dos Plenários Distritais mas poderão assistir às reuniões de todos os órgãos com exceção da Comissão Executiva.

Artigo 43º

(Funcionamento)

1 - O Conselho Nacional de Jurisdição funciona em sessões plenárias e por secções.

2 - Haverá duas secções, cada uma delas constituída por 1 Vice-Presidente do Conselho Nacional de Jurisdição, o qual preside, e por mais quatro Conselheiros.

3 - A distribuição dos Conselheiros pelas secções, incluindo o Vice-Presidente que preside a cada uma, serão feitas pelo Conselho Nacional de Jurisdição na primeira reunião após tomada de posse, em conformidade com o previsto no Regulamento de Jurisdição e Disciplina.

4 – Quando o Conselho Nacional de Jurisdição seja o órgão competente para julgar em 1.ª instância, o processo é julgado em secção, havendo a hipótese de recurso para plenário.

5 – Quando o Conselho Nacional seja o órgão competente para julgar recursos das decisões dos Conselhos Regionais de Jurisdição ou dos Conselhos distritais de Jurisdição, o processo é julgado em plenário.

SECÇÃO XII
DO CONSELHO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

Artigo 44º

(Conselho Nacional de Fiscalização)

1. O Conselho Nacional de Fiscalização é o órgão de controlo ao qual compete fiscalizar a regularidade da atividade financeira do Partido e dar parecer sobre as contas anuais apresentadas pela Comissão Executiva.
2. O Conselho Nacional de Fiscalização é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco Vogais.
3. O Conselho Nacional de Fiscalização reúne ordinariamente quatro vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convocar.

SECÇÃO XIII
DOS GABINETES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DE COMUNICAÇÃO E DE APOIO ESTRATÉGICO E PROGRAMÁTICO

Artigo 45º

(Gabinete de Relações Internacionais)

- a) Gabinete de Relações Internacionais é o órgão de apoio à representação do partido no exterior, nomeadamente junto de organizações internacionais e do Grupo Político Europeu que o CDS integra, de acordo com as directrizes emanadas pela Comissão Executiva.
- b) O Gabinete de Relações Internacionais é composto por um Presidente, dois Secretários e o Chefe da Delegação do Partido no Parlamento Europeu.
- c) O Presidente e os Secretários são designados pela Comissão Executiva, sob proposta do Presidente do partido.
- d) As representações exteriores serão dirigidas pelo Presidente do Partido, pelo Presidente do Gabinete de Relações Internacionais, ou por outros membros do partido com competência Delegada e por esta ordem.

Artigo 46º

(Gabinete de Comunicação)

- a) O Gabinete de Comunicação é o órgão responsável pela operacionalização da política de comunicação do partido junto da comunicação social, redes sociais e público em geral, de acordo com as directrizes emanadas pela Comissão Executiva.
- b) O Gabinete de Comunicação é composto pelo membro da Coordenador da Comunicação, que preside, e três Secretários;
- c) Os Secretários do Gabinete de Comunicação são designados pela Comissão Executiva, sob proposta do presidente, escolhidos entre militantes, ou independentes.

Artigo 47º

(Gabinete de Apoio Estratégico e Programático)

1. O Gabinete de Apoio Estratégico e Programático é um órgão de apoio à ação política do Partido, tendo como principais missões:

- a) Contribuir para o debate democrático e intelectual no Partido;
- b) Planear e desenvolver uma atividade de formação política aos militantes e dirigentes;
- c) Apoiar a atividade da Comissão Política Nacional e dos Grupos Parlamentares, nomeadamente sugerindo propostas em áreas sectoriais específicas, se solicitadas pelos respectivos Presidentes

2. O Gabinete de Apoio Estratégico e Programático deve respeitar os documentos fundadores e programáticos do CDS-PP, os Estatutos e os Regulamentos.

Artigo 48º

(Composição)

1. O Gabinete de Apoio Estratégico e Programático tem a seguinte composição:

- a) Um Presidente;
- b) Um Coordenador Executivo;
- c) Um Secretário;
- d) Até 12 Vogais responsáveis por cada um dos grupos temáticos, salvo motivo justificado pela complexidade de temas, ou áreas sectoriais em concreto, caso em que poderá ser superior.
- e) Os Membros do Gabinete de Apoio Estratégico e Programático podem ser militantes, ou independentes e são designados pela Comissão Executiva do Partido, sob proposta do Presidente.
- f) Os Membros do Gabinete de Apoio Estratégico e Programático podem integrar outros órgãos do partido, se filiados.

CAPÍTULO VII

DAS FINANÇAS DO PARTIDO

Artigo 49º

(Atividade Financeira)

A atividade financeira do Partido conforma-se com o estabelecido na respetiva lei e desenvolve-se nos termos do respetivo Regulamento, aprovado em Conselho Nacional.

Artigo 50º

(Contas anuais)

As contas anuais do Partido, logo que aprovadas pelo Conselho Nacional, são enviadas para apreciação ao Tribunal Constitucional.

CAPÍTULO VII
DA DISCIPLINA

Artigo 51º

(Responsabilidade Disciplinar)

Os membros do CDS - PP que infringirem a disciplina partidária são sancionados de acordo com a sua responsabilidade e a gravidade da falta, mediante processo em que lhes são garantidos todos os meios de defesa e recurso.

Artigo 52º

(Sanções)

As infrações aos presentes Estatutos podem ser sancionadas com as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Repreensão;
- c) Suspensão do direito de eleger e ser eleito até dois anos;
- d) Suspensão de militância até quatro anos;
- e) Expulsão.

Artigo 53º

(Medida cautelar de suspensão de funções)

1. Com excepção dos membros da Comissão Executiva, no caso de conduta manifestamente prejudicial dos interesses do partido, nomeadamente verificada na pendência de períodos de campanha eleitoral, os membros do CDS-PP poderão ser provisoriamente suspensos de funções dirigentes, na sequência de proposta do Relator designado, aprovada pela maioria do Conselho Nacional de Jurisdição e até à conclusão do processo disciplinar.
2. Nos casos previstos no n.º1, o processo disciplinar tem carácter urgente e deve ser proferida decisão definitiva no prazo máximo de 40 dias.

Artigo 54º

(Regulamento de jurisdição e disciplina)

1. O Regulamento de jurisdição e disciplina é aprovado em Conselho Nacional, ao abrigo dos presentes Estatutos.
2. O Regulamento jurisdição e disciplina poderá ser revisto e alterado em Conselho Nacional.

CAPÍTULO VIII
DAS ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS

Artigo 55º

(Relações com as organizações autónomas)

1. São organizações autónomas do CDS-PP:
 - a) A JP – Juventude Popular;
 - b) A FTDC - Federação dos Trabalhadores Democrata-Cristãos.
2. As relações entre o CDS-PP e as suas organizações autónomas são estabelecidas por acordo entre os órgãos dirigentes dessas organizações e o Conselho Nacional do CDS-PP, devendo salvaguardar-se sempre a autoridade final dos órgãos nacionais do Partido.
3. As organizações autónomas participarão na Comissão Política Nacional de acordo com o estabelecido nos presentes Estatutos e protocolos celebrados ou a celebrar, aprovados em Conselho Nacional.
4. Salvaguardando o previsto no número anterior, o exercício de mandato na Comissão Política Nacional é incompatível com o de membro de órgão executivo de âmbito nacional da JP-Juventude Popular, salvo a convite, como observador, nos casos previstos nos presentes Estatutos.
5. As organizações autónomas respeitarão a orientação política geral fixada pelos órgãos nacionais do CDS-PP, colaborarão nos programas de assuntos partidários que lhes forem solicitados e participarão nos órgãos do Partido nos termos dos presentes Estatutos e dos protocolos celebrados.
6. Os membros da FTDC que sejam simultaneamente filiados no CDS-PP e na plenitude dos direitos estatutários, podem participar nas deliberações de quaisquer órgãos do partido.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 56º

(Aprovação e modificação dos Estatutos)

1. Compete ao Congresso aprovar e modificar os Estatutos do Partido.
2. O Congresso pode delegar no Conselho Nacional a sua competência para modificar os Estatutos.
3. A eficácia plena dos Estatutos aprovados pelo Conselho Nacional depende da sua ratificação pelo Congresso na sua primeira reunião posterior à referida aprovação.

Artigo 57º

(Associação e filiação internacionais)

1. O CDS-PP poderá, nos termos da lei, associar-se com partidos estrangeiros e integrar organizações internacionais que professem objetivos políticos e valores doutrinários semelhantes aos referidos pela Declaração de Princípios do Partido, sempre com ressalva da sua plena independência.
2. A execução do disposto no número anterior será decidida pelo Conselho Nacional após Parecer do Senado.

Artigo 58º

(Comunidades de emigrantes)

A natureza, composição e competência das estruturas do CDS-PP junto das comunidades de emigrantes regem-se por regulamento próprio, a aprovar pelo Conselho Nacional, devendo conformar-se com os princípios gerais definidos nos presentes Estatutos, podendo ser diversa a organização nele estabelecida em função da especificidade e das leis dos países onde se inserem.

Artigo 59º

(Mandatos)

1. À exceção dos mandatos vitalícios no Senado expressamente previstos, os mandatos dos órgãos do Partido têm duração de dois anos.
2. Sempre que as eleições forem antecipadas num período superior a um mês em relação ao termo do mandato, as eleições não poderão ser marcadas com uma antecedência inferior a quarenta e cinco dias.
3. A aprovação de uma moção de censura, apresentada pelo mínimo de um quinto dos membros de um órgão deliberativo concelhio ou distrital implica a destituição do órgão executivo correspondente e a convocação de eleições para a sua eleição nos 30 dias seguintes.
4. A perda de mandato da Comissão Política Nacional, por aprovação de moção de censura, aprovada por dois terços dos conselheiros nacionais em efetividade de funções, implica a condução do Partido pelo Conselho Nacional e a convocação dum Congresso Extraordinário no prazo máximo de três meses.
5. Os Presidentes dos órgãos executivos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 9º não poderão exercer mais de 3 mandatos sucessivos.
6. Poderão, no entanto, exercer um quarto mandato sucessivo os Presidentes Concelhios cujo terceiro mandato sucessivo termine a menos de dois anos da data legalmente prevista para as eleições autárquicas.
7. O regime de incompatibilidades no exercício de cargos partidários é objeto de regulamento a aprovar em Conselho Nacional.

Artigo 60º

(Quórum)

1. Salvo o disposto no número seguinte, os órgãos do Partido só podem deliberar estando presente mais de metade dos seus membros.
2. O Congresso, o Conselho Nacional, as Assembleias Distritais e os Plenários Distritais e Concelhios poderão realizar-se após a hora fixada para o início dos trabalhos, nos termos regulamentados, com qualquer número de presenças, salvo se os presentes optarem pelo adiamento.
3. A forma de convocação e o funcionamento das assembleias a que se refere o número anterior serão fixadas em regulamento.

Artigo 61º

(Eleições internas)

1. Os órgãos executivos concelhios e distritais, assim como as mesas, a Mesa do Congresso, a Mesa do Conselho Nacional, a Comissão Política Nacional e o Gabinete de Apoio Estratégico e Programático serão eleitos em listas plurinominais completas por sufrágio maioritário.
2. Os Conselhos de Jurisdição e Fiscalização, os membros eleitos ao Conselho Nacional e os Delegados ao Congresso e às Assembleias Distritais serão eleitos em listas plurinominais e completas segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.
3. A organização e regras das eleições internas serão objeto de um regulamento aprovado pelo Conselho Nacional, que garantirá a transparência dos processos eleitorais e o direito das candidaturas fiscalizarem os mesmos.

Artigo 62º

(Fusão, cisão e dissolução)

A fusão, cisão ou dissolução do Partido só podem ser decididas nos termos da lei e pelo Congresso, por uma maioria de dois terços dos Delegados ao Congresso inscritos.

Artigo 63º

(Jurisdição competente)

O CDS-PP fica sujeito aos tribunais portugueses, sendo o foro da comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro, o único competente para dirimir as questões emergentes da sua atividade.

Artigo 62º

(Omissão)

A regulamentação da vida partidária não expressamente estabelecida nestes Estatutos será objeto de Proposta da Comissão Política Nacional, sujeita a aprovação do Conselho Nacional.

Artigo 63º

(Entrada em vigor)

Os presentes estatutos entram imediatamente em vigor